


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 Rua D. Alexandrina, 215  
 São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001240-36.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**RELATÓRIO**

**AMORIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME** propõe ação contra **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E SAM DE MATIA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO – EPP**, aduzindo que a ré Sam de Matia Serviços de Construção – EPP foi contrada pela Prefeitura Municipal para a execução de obras públicas municipais e, na sequência, subcontratou a autora para a prestação de serviços alusivos à obra. A autora, entre julho/2012 e maio/2013, disponibilizou mão de obra (pedreiros e serventes), mas recebeu somente em parte o preço respectivo, restando um saldo devedor de R\$ 41.600,65, pelo qual são responsáveis os dois réus.

A SAM de Matia Serviços de Construção foi citada e não contestou (fls. 254).

O Município contestou (fls. 43/59) alegando (a) em preliminar, ilegitimidade passiva *ad causam* (b) no mérito, a ausência de responsabilidade pelo pagamento.

Houve réplica (fls. 257/263).

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I e II do CPC, ante a revelia da SAM de Matia Serviços de Construção, e, em relação ao Município de São Carlos, porque a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação deve ser acolhida em relação à SAM de Matia Serviços de Construção, e rejeitada no que diz respeito à Municipalidade.

A revelia da primeira firma presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, na forma dos arts. 285 e 319 do CPC, devendo-se presumir, portanto, a veracidade dos fatos alegados na inicial, quais sejam, que essa ré subcontratou a autora, e que esta prestou serviços de mão-de-obra entre julho/2012 e maio/2013 mas não recebeu parte do preço, precisamente aquele indicado na inicial.

Será acolhida a pretensão deduzida contra a SAM de Matia Serviços de Construção, ante o inadimplemento contratual.

Quanto ao Município de São Carlos, a preliminar de ilegitimidade passiva confunde-se com o mérito, e nesta sede será examinada.

O art. 71, caput e § 1º da Lei nº 8.666/93, este último com a redação dada pela Lei nº 9.032/95, são expressos no sentido de que o contrato é responsável pelos encargos comerciais resultantes da execução do contrato, assim como a inadimplência do contrato, com referência aos encargos comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

Sendo assim, o ente público não é responsável, na hipótese dos autos.

Não bastasse, cumpre frisar que a subcontratação da autora foi irregular na


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

espécie, vez que o contrato administrativo possuía cláusula expressa proibindo a prática, Item 08.01, in verbis: "não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência do contratante" (fls. 81).

Assim, a SAM de Matia Serviços de Construção, além da violação de cláusula expressa, infringiu o art. 72 da Lei nº 8.666/93, pois não foi autorizada a subcontratação.

Prova oral não poderá, *in casu*, revelar qualquer sorte de autorização expressa, ante o óbice previsto por escrito, no contrato administrativo.

A prática, na realidade, constituiu verdadeiro inadimplemento contratual da ré SAM de Matia Serviços de Construção, pelo qual somente ela responde, não o Município de São Carlos, ante a regra dos arts. 66 e 70 da Lei nº 8.666/93.

Não há qualquer elemento, no mais, indicando falha na fiscalização da execução contratual, pela Municipalidade. Ao contrário: os documentos que instruem a contestação mostram que a administração pública notificou a contratada a propósito de falhas na execução que foram constatadas. Não se cogita de defeito na fiscalização.

Lembra-nos Marçal Justen Filho, nos Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2005, pag. 564, que "(...) a Administração Pública não se transforma em devedora solidária ou subsidiária perante os credores do contratado. Mesmo quando as dívidas se originarem de operação necessária à execução do contrato, o contratado permanecerá como único devedor perante terceiros (...)", mesmo porque (*idem*, pág. 567) "(...) a subcontratação não produz uma relação jurídica direta entre a Administração e o subcontratado. Não será facultado ao subcontratado demandar contra a Administração por qualquer questão relativa ao vínculo que mantém com o subcontratante."

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** a ação para, **REJEITADO** o pedido em relação ao Município de São Carlos, **CONDENAR** a ré Sam de Matia Serviços de Construção a pagar a autora o valor de R\$ 41.600,65, com atualização monetária pela tabela do TJSP a partir de maio/2013 (finalização dos serviços, conforme a inicial), e juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação.

Condeno ainda a ré Sam de Matia Serviços de Construção nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação. Condeno a autora em honorários, relativamente ao Município, arbitrados por equidade em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 10 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**